



DELIBERAÇÕES

7 DE MAIO DE 2026

PT/3139/2025/DRL

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE
(VERSÃO NÃO CONFIDENCIAL)
I – DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

I.1. Do pedido

1. Por comunicação eletrónica dirigida à Entidade Reguladora da Saúde (doravante ERS), datada de 3 de janeiro de 2025, que recebeu a referência interna de Expediente de Entrada n.º 722/2025, a Equipa de Coordenação Regional do Alentejo (ECR Alentejo) dos Cuidados Continuados Integrados, ao abrigo do Despacho n.º 12979/2023, de 19 de dezembro, que autoriza o Acordo/Contrato-Programa no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., (ACSS, I.P.) e o Instituto da Segurança Social I.P. (ISS, I.P), autorizados a assumir os compromissos plurianuais para o triénio 2023-2025 relativos à unidade de longa duração e manutenção (ULDM) designada UCCI São João de Deus sita na Rua Ramos da Costa, n.º 36, 7540-205 Santiago do Cacém, sob exploração da Entidade promotora e gestora Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, com o NIPC 501111867, através do Expediente supra referido, veio requerer a renovação/manutenção da autorização de funcionamento de forma a garantir a prestação de cuidados de saúde e de apoio social, considerada a capacidade instalada num total de 26 (vinte e seis) camas.
2. Integram o referido processo documental: (i) Parecer técnico final favorável da ECR Alentejo de 14 de novembro de 2024 sobre a viabilidade da “(...) *necessidade de se proceder à renovação do Contrato-Programa (...) cujo período de vigência termina a 31-12-2024. (...)*” entre o ISS, I.P., a ACSS, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém para a tipologia de atividade de ULDM, em harmonia pelo Despacho nº 12979/2023, de 19 de

dezembro, (ii) Parecer Técnico Conjunto ISS,I.P./ARS Alentejo, I.P. de avaliação das instalações, dos equipamentos e da sua adequação, datado de 11 de julho de 2024, após visita técnica e análise das peças desenhadas e escritas (iii) Memorando descritivo de elementos documentais considerados na instrução, (iv) Relatório Trimestral de acompanhamento por parte da ECL e (v) quadro/mapa em formato Excel sobre os recursos humanos (composição da equipa e tempo a afetar à unidade), para a lotação requerida de 26 (vinte e seis) lugares que integram a RNCCI, na tipologia de atividade de ULDM de acordo com a legislação em vigor que se enquadra no previsto do Anexo IV da Portaria 174/2014, de 10 de setembro, na sua redação atual.

3. Do Parecer Técnico final emitido pela ECR Alentejo importa destacar por ser relevante à emissão da renovação da autorização de funcionamento, parte do seu conteúdo que se transcreve e onde se conclui que observa os requisitos técnicos mínimos:

“(...) Considerando que se encontram a decorrer obras de remodelação e ampliação do edificado para albergar mais 6 lugares, já autorizados no Despacho nº 12979/2023, de 19 de dezembro (...) o mapa de pessoal desta ULDM S. João de Deus apresenta necessidade de reforço em dois perfis profissionais técnicos (especialidade médica e nutricionista) e reforço de dotação em alguns perfis profissionais técnicos (animador sociocultural, assistente social, psicólogo, médico e terapeuta ocupacional) (...).

Conclusão

O presente parecer técnico resulta da necessidade de se proceder à renovação do Contrato-Programa da ULDM S. João de Deus da SCMSC, cujo período de vigência termina a 31-12-2024.

Foram avaliadas as condições de funcionamento e das instalações da ULDM (...) tendo sido considerada que as mesmas possuem viabilidade para a continuidade de prestação de cuidados continuados integrados no âmbito da RNCCI.

(...) a ECR Alentejo é de parecer favorável ao funcionamento desta Unidade de Longa duração e Manutenção S. João de Deus, para a capacidade de 26 lugares (...)”.

4. Da informação sobre a avaliação das instalações da ULDM, designadamente na vertente de arquitetura e das especialidades, sobre as quais recaiu o Relatório Técnico Conjunto em 11 de julho de 2024, para a tipologia de atividade de ULDM, resultou o seguinte:

(...)

3 - CAPACIDADE

Com os dados apresentados nas Telas Finais submetidas para esta análise, aferiu-se uma capacidade máxima de 32 camas na tipologia de Longa Duração e Manutenção UCCI, sendo 26 pré-existentes e 6 novas. Com base nas áreas, espaços e divisões analisadas, e tendo em consideração a capacidade pretendida, recomenda-se uma capacidade máxima de 32 camas na tipologia de Longa Duração e Manutenção.

4 - CONCLUSÃO

Face a todo o exposto, propõe-se, a emissão de parecer técnico favorável ao funcionamento de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, porquanto se encontram observadas as condições técnicas legalmente estabelecidas para a instalação e funcionamento do equipamento, concretamente das normas que dispõem sobre a estrutura orgânica do edificado.”.

I.2. Da emissão de Renovação à autorização de funcionamento pela ERS

5. Por Deliberação do Conselho de Administração da ERS, adotada em reunião ordinária de 27 de fevereiro sob a PT 581/2025/DRL, e ao abrigo do preceituado no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, na sua última redação, foi emitida renovação à autorização de funcionamento n.º ULDM/039/2016 ao estabelecimento de unidade de longa duração e manutenção (ULDM), sito na Rua Ramos da Costa, n.º 36, 7540-205 Santiago

do Cacém, sob exploração da Entidade promotora e gestora Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, com o NIPC 501111867, nos seguintes termos:

- A emissão de Renovação à Autorização de Funcionamento n.º ULDM/039/2016 para a unidade de longa duração e manutenção com capacidade instalada num total de 26 (vinte e seis) camas;
- Ao abrigo desta mesma Deliberação, foi aprovada a realização de uma ação de fiscalização à unidade visada, para momento posterior ao da emissão da competente autorização de funcionamento, a comunicar, oportunamente, à Entidade promotora e gestora visada, para aferir do modo de organização e funcionamento.

II - DA SUBSUNÇÃO DOS FACTOS AO DIREITO

II.1 – Das atribuições e competências da ERS

6. De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º e o n.º 1 do artigo 5.º, ambos dos Estatutos da ERS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, 22 de agosto, a ERS tem por missão a regulação, supervisão, e a promoção e defesa da concorrência, respeitantes às atividades económicas na área da saúde dos setores privados, público, cooperativo e social, e, em concreto, da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde.
7. Sendo que estão sujeitos à regulação da ERS, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos seus Estatutos, todos os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, do setor público, privado, cooperativo e social, independentemente da sua natureza jurídica.
8. Segundo o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 5.º dos seus Estatutos, as atribuições da ERS compreendem a supervisão da atividade e funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, no que respeita ao cumprimento dos requisitos inerentes à atividade e funcionamento e à garantia dos direitos relativos ao acesso aos cuidados de saúde, à prestação de cuidados de saúde de qualidade, bem como dos demais direitos dos utentes.

9. Ademais, nos termos das alíneas a), c) e d) do artigo 10.º do diploma mencionado, constituem objetivos da ERS assegurar o cumprimento dos requisitos do exercício da atividade dos estabelecimentos prestadores cuidados de saúde, garantir os direitos e interesses legítimos dos utentes e zelar pela prestação de cuidados de saúde de qualidade.
10. Competindo-lhe, na execução dos preditos objetivos, e conforme resulta da alínea c) do artigo 11.º dos Estatutos, assegurar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares de funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde e sancionar o seu incumprimento.
11. Para tanto, a ERS na prossecução das suas atribuições e competências mediante o exercício dos seus poderes de supervisão, pode conceder autorizações e aprovações e emitir, suspender e revogar licenças de funcionamento nos casos legalmente previstos - cfr. alínea c) do artigo 19.º dos seus Estatutos.
12. Ainda, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, na sua redação atual, compete à Entidade Reguladora da Saúde promover a publicação, nos órgãos da imprensa de maior expansão na localidade da sede da unidade ou equipa da Rede, dos atos de concessão, suspensão, substituição, cessação ou caducidade do alvará, bem como de decisão do encerramento da unidade ou fim da atividade da equipa.

II.2 - Do registo dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde

13. Atenta a definição dos sujeitos de regulação da ERS, consignada no n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos da ERS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, o n.º 3 do artigo 26.º deste diploma legal faz impender sobre as entidades responsáveis pela exploração de tais estabelecimentos a obrigação de registo público junto da ERS.
14. Nesse sentido determina aquele artigo ao prescrever que *“as entidades responsáveis por estabelecimentos sujeitos à regulação da ERS estão obrigadas a inscrevê-los previamente ao início da sua atividade, bem como proceder à sua atualização, no prazo de 30 dias a contar de qualquer alteração dos dados do registo”*.

15. Sendo o caso da Entidade promotora e gestora Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém que se encontra inscrita no Sistema de Registo de Estabelecimentos Regulados (SRER) da ERS com o n.º 23859 tendo registado sob o n.º 123793, o estabelecimento de saúde sito na Rua Ramos da Costa, n.º 36, 7540-205 Santiago do Cacém.
16. Foi requerida pela ECR Alentejo, junto da ERS, a “manutenção da *autorização de funcionamento*” para uma lotação de 26 (vinte e seis) lugares da ULDM, integrados na RNCCI. Efetivamente, o estabelecimento prestador de cuidados de saúde em apreço é já titular da autorização de funcionamento n.º ULDM/039/2016, de 7 de setembro, emitida pela ERS para a capacidade total de 26 (vinte e seis) lugares no âmbito da RNCCI, sendo que o pedido solicitado pela ECR Alentejo configura, de facto atualmente, uma renovação à competente autorização de funcionamento na referida capacidade instalada de 26 (vinte e seis) lugares da UCCI-ULDM, pese embora a autorização do seu alargamento em mais 6 (seis) lugares, perfazendo um total de 32 (trinta e dois), prevista no Anexo II do Despacho n.º 12979/2023, de 19 de dezembro.
17. Considerando o exposto, verifica-se que no SRER da ERS, a Entidade deverá atualizar o registo no que diz respeito à capacidade instalada de 26 (vinte e seis) lugares e não 32 (trinta e dois) conforme consta para a ULDM, o que se concede o prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto.

II.3 Da autorização de funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde integrados na RNCCI

18. O Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, na sua redação atual, veio criar a RNCCI, determinando um leque de princípios e direitos específicos e um conjunto de normativos respeitantes ao modelo de coordenação aplicável, tipologia, acesso, ingresso, organização, qualidade e avaliação, recursos humanos, instalações e funcionamento, fiscalização e licenciamento e financiamento.

19. Nos termos do aí disposto, a RNCCI assegura a prestação de cuidados de saúde e de apoio social através de unidades e equipas de cuidados dirigidas às pessoas em situação de dependência, com base numa tipologia de respostas adequada, assente na celebração de contrato-programa entre as áreas da saúde e da segurança social com as entidades promotoras e gestoras que pretendam dinamizar a implementação de unidades e equipas de cuidados, contribuindo para a melhoria do acesso do cidadão, com perda de funcionalidade ou em situação de risco de a perder, através da prestação de cuidados adequados.
20. De harmonia com o artigo 37.º do citado diploma legal, os contratos-programa celebrados no âmbito da RNCCI, obedecem a um modelo de contratualização devidamente homologado, nos termos do qual se encontram elencadas as obrigações das entidades promotoras e gestoras e se encontram definidos, entre outros, os termos e as condições em que as instituições prestam cuidados clínicos de reabilitação e de apoio psicossocial, bem como as condições em que as Administrações Regionais de Saúde e os Conselhos Distritais do Instituto de Segurança Social prestam apoio técnico para o desenvolvimento da prestação de cuidados e a respetiva contrapartida financeira.
21. Deve, ainda, ser anotado que a criação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, prevê que o SNS seja dirigido por uma direção executiva a quem compete, nomeadamente, a gestão da RNCCI, incluindo a área de saúde mental, conforme estipulado na alínea b) do n.º 1 do seu artigo 9.º.
22. Esta direção executiva, a nível central, distingue-se da função da ACSS, I.P. cuja incumbência se concentra no planeamento e gestão de recursos financeiros, de recursos humanos, instalações e equipamentos e na contratação da prestação de cuidados de saúde.
23. Em face da relevância destes Acordos/Contratos-Programa para o funcionamento da RNCCI, veio o Despacho n.º 12979/2023 de 19 de dezembro, autorizar o Instituto da Segurança Social, I. P. e a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., a assumir os compromissos plurianuais decorrentes dos

contratos-programa, no âmbito da RNCCI, no triénio de 2023-2025 com as entidades identificadas no Anexo II ao presente Despacho.

24. Atento o exposto, cumpre apreciar o pedido dirigido à ERS, no caso em apreço para renovação da autorização de funcionamento n.º ULDM/039/2016, na unidade de cuidados continuados integrados de longa duração e manutenção sob exploração da Entidade promotora e gestora Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, por força do disposto no citado Despacho.
25. Por sua vez, a Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, na sua redação atual, veio definir as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento e ambulatório, bem como as condições de funcionamento das equipas de cuidados continuados, integrados na RNCCI, os níveis de coordenação e os procedimentos relativos à adesão das entidades promotoras e gestoras na RNCCI - cfr. artigo 1.º do citado diploma legal.
26. De igual modo, a Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, na sua redação atual, veio conferir à ERS competência para a emissão de autorização de funcionamento das unidades que integram a RNCCI, até à entrada em vigor do regime jurídico do licenciamento aplicável às unidades integradas naquela rede, mediante parecer prévio da Equipa de Coordenação Regional, que contenha despacho favorável da Administração Regional de Saúde competente, devendo atualmente ler-se Direção Executiva do SNS, e do respetivo Centro Distrital do Instituto de Segurança Social, neste último caso se aplicável - cfr. n.º 1 do artigo 36.º da citada portaria.
27. Dita, ainda, nesta matéria, o n.º 2 do artigo 36.º do referido preceito legal, que decorridos 45 (quarenta e cinco) dias sem que a ERS emita autorização de funcionamento, esta considera-se tacitamente deferida, a título provisório, até à emissão da autorização de funcionamento pela ERS.
28. Também, por força do disposto no n.º 5 do artigo 29.º da referida Portaria, compete, exclusivamente, à ERS a realização das auditorias referentes a infraestruturas de cada uma das unidades que, a final, deverá elaborar o relatório competente. Contudo, não logrou o referido normativo a delimitação temporal do

referido ato procedimental, ou seja, se prévia ou posterior à emissão da autorização de funcionamento.

29. Quanto à competência para a emissão de autorização de funcionamento relativamente aos lugares que podem ser geridos de forma autónoma, entende-se, por via de uma interpretação a contrario sensu que, atribuindo especificamente este artigo 36.º competência à ERS para a emissão de autorização de funcionamento (até à entrada em vigor do regime jurídico do licenciamento para as unidades da RNCCI) e excluindo apenas a aplicação dos capítulos V e VI aos lugares que podem ser geridos de forma autónoma, cabe, igualmente, à ERS a competência para a emissão de autorização de funcionamento relativamente aos lugares que podem ser geridos pelas entidades promotoras e gestoras de forma autónoma / privada.
30. Em homenagem ao princípio da economia processual, a ERS aproveitou os atos praticados no âmbito do procedimento que correu termos junto da ECR Alentejo, para efeitos de renovação da autorização de funcionamento da ULDM, concretamente aqueles que respeitam às condições de funcionamento das unidades que integram a RNCCI, previstos na Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, com as alterações da Portaria n.º 50/2017, de 2 de fevereiro, e da Portaria n.º 249/2018, de 6 de setembro, pelo que se deram por reproduzidos e acolhidos, para os devidos efeitos, o Parecer Técnico final favorável da ECR Alentejo de 14 de novembro de 2024 sobre a viabilidade da “(...) *necessidade de se proceder à renovação do Contrato-Programa (...) cujo período de vigência termina a 31-12-2024. (...)*” entre o ISS, I.P., a ACSS, I.P. e a Entidade promotora e gestora Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém para a tipologia de atividade de ULDM, Parecer Técnico Conjunto ISS,I.P./ARS Alentejo, I.P. de avaliação das instalações, dos equipamentos e da sua adequação, datado de 11 de julho de 2024, após visita técnica e análise das peças desenhadas e escritas, Memorando descritivo de elementos documentais considerados na instrução, Relatório Trimestral de acompanhamento por parte da ECL e quadro/mapa em formato Excel, sobre os recursos humanos (composição da equipa e tempo a afetar à unidade), para a lotação requerida de 26 (vinte e seis)

lugares, na tipologia de atividade de ULDM, de acordo com a legislação em vigor que se enquadra no previsto do Anexo IV da Portaria regulamentar supra citada.

31. Tendo presente a disciplina constante do Anexo I da Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, na sua redação atual, as unidades de cuidados continuados devem observar um conjunto de requisitos mínimos ao nível de instalações, os quais são definidos por unidade de 30 (camas) e por piso de internamento, comuns às tipologias de unidade de convalescença, unidades de média duração e reabilitação e de longa duração e manutenção e garantir o estrito cumprimento do rácio de recursos humanos previstos no Anexo IV daquele diploma legal.
32. Nessa medida, deve a Entidade assegurar o cumprimento dos citados requisitos em função das capacidades autorizadas para a tipologia de ULDM, as quais deverão ser compatibilizadas com as demais tipologias de atividade que se mostrem instaladas no mesmo estabelecimento quer em termos de infraestruturas, instalações e equipamentos, dos recursos humanos afetos, nos termos do disposto na Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro e no Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, nas redações atuais, e, bem assim, com as efetivas capacidades instaladas.
33. Ainda, considerando o supra anotado, chama-se à apreciação, porque relevante à emissão do competente averbamento à autorização de funcionamento, o Relatório Técnico conjunto de avaliação das instalações e da sua adequação datado de 11 de julho de 2024, após vistoria à ULDM, no âmbito da RNCCI, do qual faz parte referência à avaliação das instalações da unidade, à totalidade do número de 26 (vinte e seis) camas e ao cumprimento quanto aos requisitos técnicos de funcionamento por parte da Entidade promotora.
34. Igualmente relevante para a presente deliberação, verificou-se da análise ao quadro/mapa de pessoal sobre os recursos humanos (composição da equipa e tempo a afetar à unidade) ainda que em parte já alertado no Parecer Técnico da ECR Alentejo, um défice nos rácios e respetiva carga horária no que tange aos perfis profissionais de: médicos (- 11 horas/semana), terapeuta ocupacional (- 10 horas/semana), psicólogo (- 10 horas/semana) e nutricionista ou “dietista” (- 3 horas/semana, total ausência de carga horária deste perfil profissional na unidade de saúde), tendo em conta a lotação de 26 (vinte e seis) lugares para a

ULDM, em contradição com o Anexo IV do diploma regulamentar citado e, concomitantemente, a necessidade da Entidade promotora e gestora se pronunciar a respeito da referida factualidade, fazendo prova do cumprimento dos requisitos em crise, nos termos do disposto na Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro, na sua redação atual.

35. Acresce ainda que se verificou da análise efetuada ao mapa de pessoal evidenciado, um desajuste nos rácios e respetivas cargas horárias no que tange aos perfis profissionais de: assistente social (- 20 horas/semana) e animador sócio cultural (- 21 horas/semana) tendo em conta os 26 (vinte e seis) lugares integrados na RNCCI que, embora não sendo considerados profissionais de saúde, a insuficiência de horas constatada deverá ser, igualmente, sanada.

III – DA AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS

36. A presente Deliberação foi precedida de audiência escrita dos interessados, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aplicável ex vi da alínea a) do artigo 24.º dos Estatutos da ERS, tendo sido chamada a pronunciar-se, relativamente ao Projeto de Deliberação da ERS, sob a PT 581/2025/DRL, a Entidade Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, com conhecimento da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., para os efeitos tidos por convenientes, no quadro das respetivas atribuições, pelos Ofícios de Saída n.ºs 131553/2025, 131555/2025 e 131554/2025 datados de 27 de fevereiro.

37. Regularmente notificada em 3 de março de 2025, para o exercício do Direito de Audiência de Interessados, nos termos do artigo 121.º do CPA, a Entidade promotora e gestora não veio pronunciar-se sobre o sentido provável da decisão do Conselho de Administração da ERS, a respeito da factualidade imputada.

IV – CONCLUSÕES

38. Atenta à exposição supra, considera-se que permanecem as irregularidades, por não terem sido apresentadas as devidas correções pela

Entidade visada, apontadas no ponto 33 do Projeto de Deliberação, designadamente para uma capacidade instalada de 26 (vinte e seis) camas, aí verifica-se que a unidade de longa duração e manutenção não demonstra cumprir os rácios de recursos humanos de todos os perfis profissionais legalmente previstos, designadamente de médicos (- 11 horas/semana), terapeuta ocupacional (- 10 horas/semana), psicólogo (- 10 horas/semana) e nutricionista ou “dietista” (- 3 horas/semana, total ausência de carga horária deste perfil profissional na unidade de saúde), tendo em conta a lotação de 26 (vinte e seis) lugares para a ULDM, em contradição com o Anexo IV do diploma regulamentar citado. E concomitantemente, a necessidade da Entidade promotora e gestora se pronunciar a respeito da referida factualidade, fazendo prova do cumprimento dos requisitos em crise, nos termos do disposto no referido diploma regulamentar.

39. Assim, considerando que em sede de audiência dos interessados não foram trazidos ao conhecimento da ERS factos que permitissem dar por supridas as irregularidades detetadas ou oferecida prova capaz de infirmar ou alterar o sentido da deliberação, mantém-se a necessidade de emitir a instrução projetada, competindo ao prestador o seu cumprimento integral, de modo a assegurar a observância das condições de instalação e de funcionamento a que devem obedecer estas unidades e os direitos e interesses legítimos dos utentes, que cumpre à ERS acautelar, em especial o direito à prestação de cuidados de saúde adequados, de qualidade e com segurança, propondo-se, assim, a confirmação da emissão do Projeto de Deliberação de emissão de Instrução sob a PT 581/2025/DRL.

V – DA DELIBERAÇÃO

40. Face ao descrito, propõe-se a adoção pelo Conselho de Administração da ERS, da Deliberação nos seguintes termos:
- I. Emitir uma instrução à Entidade Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém com o NIPC 501111867 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação da Deliberação Final demonstre do cumprimento dos requisitos de

funcionamento identificados sob o ponto 33 do Projeto de Deliberação e o ponto 38 da presente Deliberação, concretamente garantir o cumprimento dos rácios de recursos humanos e respetiva carga horária semanal de todos os perfis profissionais representados, tendo em conta a capacidade instalada num total de 26 (vinte e seis) lugares, remetendo, para o efeito, comprovativos idóneos.

II. A presente deliberação seja levada ao conhecimento da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P e Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I.P. para os efeitos tidos por convenientes, no quadro das respetivas atribuições.

41. A instrução emitida constitui decisão da ERS, sendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 61.º dos respetivos Estatutos configura como contraordenação punível *in casu* com coima de 1 000,00 EUR a 44 891,81 EUR, “[...] o *desrespeito de norma ou de decisão da ERS que, no exercício dos seus poderes regulamentares, de supervisão ou sancionatórios determinem qualquer obrigação ou proibição, previstos nos artigos 14.º, 16.º, 17.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º.*



© Entidade Reguladora da Saúde, Porto, Portugal, 2025

A reprodução de partes do conteúdo deste documento é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando a ERS como autora, o título do documento, o ano de publicação e a referência “Porto, Portugal”.

Na execução deste documento foi atendida a privacidade dos titulares de dados pessoais. O tratamento destes dados cumpriu as normas relativas à sua proteção, nomeadamente as constantes do Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD).



Rua S. João de Brito, 621 L32
4100-455 PORTO - Portugal
T +351 222 092 350
geral@ers.pt
www.ers.pt

